

PROGRAMA MONUMENTA EM CACHOEIRA-BA: ESPERANÇA DE RECUPERAÇÃO DO PATRIMÔNIO URBANO E IMPLICAÇÕES SOCIOECONÔMICAS*

*Maria da Paz de Jesus Rodrigues***

RESUMO — *As políticas culturais implantadas pelos Poderes Públicos nos municípios constituem-se em profícuos campos de investigação, tendo em vista que é na escala local que essas políticas efetivamente se concretizam. Neste artigo objetivou-se analisar os reflexos e implicações da execução do Programa Monumenta em Cachoeira-BA. Com esse propósito, as considerações tecidas abordam as diretrizes, prioridades e o modelo de intervenção adotado por esse programa federal para tentar atingir a recuperação do patrimônio, requalificação de áreas urbanas, sua inserção nos circuitos turísticos e, primordialmente, enfatizar a proposta estipulada para Cachoeira, alguns dos impactos socioeconômicos e os impasses estabelecidos. A realização da investigação foi pautada em pesquisas bibliográficas, estudos de documentos institucionais, aplicação de questionários e obtenção de informações através de entrevistas com gestores públicos e agentes sociais cachoeiranos.*

PALAVRAS CHAVE: *Políticas culturais, patrimônio material, requalificação urbana.*

A complexidade e multiplicidade de fenômenos e processos inerentes ao espaço urbano possibilitam diversificadas análises com foco nas distintas dimensões que o compõe e como expressam suas inter-relações. Em alguns espaços urbanos a dimensão cultural apresenta significativo destaque ante as demais, exercendo influência direta nas dinâmicas sociais,

* O presente artigo é baseado nas discussões suscitadas no quarto capítulo da dissertação “Caminhos da Preservação: políticas, patrimônio material e reflexos nas dinâmicas social e urbana de Cachoeira-BA” desenvolvida pela autora e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

** Mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional com ênfase em Políticas, pela Universidade do Estado do Bahia (UNEB) - Campus V. Professora Assistente do Curso de Licenciatura em Geografia da UNEB - Campus XI. E-Mail: pazrodrigues2@gmail.com.

econômicas e espaciais e, em determinados casos, são ainda mais acentuadas por intermédio das políticas culturais e ações estabelecidas pelo Poder Público.

A materialização da dimensão cultural do urbano pode ser perceptível, a título de exemplificação, nos padrões de organização sócioespacial, nos lugares sagrados, na toponímia atribuída aos logradouros, nas manifestações culturais materiais e imateriais, nas festas populares, nas formas produzidas e no patrimônio arquitetônico. No que concerne ao patrimônio arquitetônico nas áreas urbanas, percebe-se na contemporaneidade uma intensificação das intervenções, sobretudo governamentais, no sentido de viabilizar a sua recuperação e utilização social e econômica. Conforme salienta Abreu (2011), na busca pelo diferencial em meio à homogeneização e necessidade de preservar a “memória das cidades”, os espaços urbanos brasileiros têm sido invadidos por discursos e projetos que pregam a restauração e revalorização dos vestígios do passado, o que se apresenta como um objetivo perseguido por diferentes agentes. Todavia, o que está subjacente a essa premente necessidade de salvaguarda do patrimônio urbano? E quais os rebatimentos das ações promovidas por esses projetos de valorização?

É centrado nessas discussões que o presente artigo objetiva analisar a execução do Programa Monumenta na cidade de Cachoeira-BA, suas estratégias para recuperação do patrimônio urbano que se encontrava em avançado estado de degradação e para promover a requalificação urbana. Propõe-se ainda, identificar algumas das implicações e reflexos sociais, econômicos e espaciais provenientes desse processo, bem como as suas fragilidades.

Cachoeira, município localizado no Território de Identidade do Recôncavo no estado da Bahia, cujas origens remetem à colonização portuguesa na Baía de Todos os Santos no século XVI, notabiliza-se no âmbito nacional pela potencialidade histórico-cultural conferida pela relevância do seu conjunto arquitetônico urbano de inspiração barroca, tombado como Monumento Nacional em 1971 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); pela riqueza de bens culturais imateriais manifestada em tradicionais festas populares como o São João

e a Festa D' Ajuda; e práticas culturais/religiosas permeadas pela simbiose da cultura afro-brasileira expressas, sobretudo, nas religiões de matriz africana e grupos de Sambas de Roda.

Nas últimas cinco décadas Cachoeira tem enfrentado uma série de percalços de ordem econômica e dificuldades para superá-los, uma realidade que contrasta como seu áureo passado, marcado pela prosperidade econômica, principalmente, nos séculos XVIII e XIX, em função: dos altos rendimentos dos engenhos açucareiros implantados em seu território no período colonial; da sua localização estratégica como último ponto navegável do Rio Paraguaçu; o papel de entreposto comercial intermediando as trocas mercantis entre o Recôncavo e o Sertão, possibilitando a interligação dessas regiões com a capital baiana através, inicialmente, do sistema de navegação e, a posteriori, do transporte ferroviário; e da indústria fumageira que se instalou na região, contribuindo, a partir da segunda metade do século XIX, para a intensificação dos fluxos de exportações e para o expressivo crescimento demográfico e econômico no município.

Em meados da década de 1960, uma associação de fatores desencadeou a decadência socioeconômica no município, provocando uma redução do seu dinamismo. Entre esses fatores destacam-se: o declínio da cultura açucareira; as sucessivas crises da indústria fumageira; o enfraquecimento do sistema multimodal de transporte e a afirmação do rodoviarismo na região, principalmente com a construção da BR101 nos anos de 1970, causando uma marginalização espacial viária da cidade. Nessa conjuntura, municípios como Cachoeira e Santo Amaro, de grande influência por conta dos seus portos e economia dinâmica, declinavam de capital regional para centro local em contraposição à afirmação de Feira de Santana como eixo rodoviário e centro de comando das relações no território (SANTOS, 1998).

No entanto, a importância do seu patrimônio material, aliada às singulares e multifacetadas manifestações culturais, faz com que Cachoeira busque se afirmar na atualidade como uma centralidade do ponto de vista da sua dimensão cultural. Um propósito corroborado pela implantação de políticas culturais e programas pelas esferas governamentais, especialmente Federal

e Estadual, com o intuito de aliar preservação e valorização do patrimônio e bens culturais com a reativação do crescimento econômico por meio do estímulo à atividade turística. Entre as ações desenvolvidas com esse desígnio, o Programa Monumenta se sobressai pela sua proposta de recuperação sustentável do patrimônio e requalificação da área urbana.

REQUALIFICAÇÃO URBANA: O NOVO PARADIGMA DA PRÁTICA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL NO BRASIL

Traçando um sucinto panorama dos percursos das políticas de proteção ao patrimônio material urbano no Brasil, pode-se constatar que, inicialmente, as ações de proteção ao patrimônio nacional, que começaram a ser instituídas pelo Estado nos anos de 1930, apresentavam como princípios basilares a afirmação da identidade da nação, preservação da memória coletiva e proteção de bens materiais relacionados a fatos memoráveis da história do país, representativos do estilo arquitetônico barroco, de influência da colonização portuguesa e com caráter monumental. Neste contexto, as primeiras cidades tombadas foram interpretadas como obras de arte estáticas e passíveis de sofrerem poucas transformações (SIMÃO, 2006).

Durante a década de 1960 o avanço da urbanização nas cidades brasileiras despertou a necessidade dos dirigentes do IPHAN adequarem suas concepções à nova realidade, provocando redirecionamentos na política de preservação, no intuito de aliar a salvaguarda dos bens culturais materiais e conter o crescimento desordenado dos núcleos urbanos tombados. A partir dos anos de 1970, a prática da preservação foi atrelada à indução ao desenvolvimento nas cidades históricas, em sua maioria imersa em decadências econômicas. Assim, o intuito deixou de ser apenas salvaguardar os símbolos representativos da nação e o patrimônio passou a ser considerado como fonte de recursos econômicos e atrativo privilegiado para o turismo cultural.

Na década de 1990, num contexto de maior influência do

neoliberalismo, intensificou-se a utilização econômica do patrimônio para fins turísticos e dinamização das cidades e centros históricos, além disso, associou-se preservação às políticas de gestão urbana e, assim, as requalificações urbanas passaram a ser o novo paradigma. Entre os programas formulados e executados com base nesses princípios, o Programa Monumenta figura com relevo pela abrangência de atuação e proposta de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano como estratégia de desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, durante os anos de 1990, essa nova conjuntura das políticas de preservação entra em vigência com os projetos de recuperação e reestruturação de centros históricos influenciados pela experiência europeia iniciada na década de 1980, de massificação e vinculação do patrimônio à indústria cultural e ao planejamento urbano, transformando-o em um lucrativo produto com a sua valorização imobiliária e inserção em um novo modelo de urbanização (SANT'ANNA, 2004). O patrimônio urbano passa a ser considerado instrumento de visibilidade e atração de investimentos, além, é claro, de chamariz para o turismo cultural. Impulsiona-se então o seu uso como estratégico para a dinamização da economia urbana.

As primeiras iniciativas nesse sentido partiram dos governos estaduais e municipais, a exemplo das intervenções no Pelourinho em Salvador, no Bairro de Recife na capital de Pernambuco e no Corredor Cultural do Rio de Janeiro. Mas, em meados da década de 1990, o Governo Federal se engaja nesse processo, tornando-se um dos principais agentes na condução desses programas de revitalização, especialmente ao: buscar novas fontes de financiamento para os projetos de preservação firmando parcerias com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES); procurar despertar o interesse de investimentos privados através da tentativa de empregabilidade da recuperação sustentável e a indução à mercantilização dos patrimônios urbanos; estreitar relações e obter apoio de organismos internacionais como a UNESCO; e ao atuar não somente através do IPHAN, mas também, do Ministério da Cultura (MinC) e Caixa Econômica Federal, instituições envolvidas nesses novos “empreendimen-

tos” para áreas urbanas históricas.

A disseminação das propostas de revitalizações urbanas como práticas de preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil suscita críticas por diversos estudiosos que entendem que esses centros históricos não precisam necessariamente de uma revitalização, já que supõe a ideia de trazer à vida, dar novo ânimo ou a interpretação equivocada de que essas áreas não possuem uma vitalidade, o que não se aplica à maioria das realidades apresentadas pelos centros históricos, hoje, ocupados, em muitos casos, por uma população de baixo poder aquisitivo. E afirmam que o ideal seria uma requalificação ou reabilitação do local conduzida de forma participativa. Entretanto, seja empregado o termo revitalização ou requalificação, a real intenção de muitos desses projetos é desenvolver uma vitalidade econômica imposta verticalmente ou mesmo promover a remoção dos moradores de baixo poder aquisitivo para viabilizar a instalação de atividades direcionadas ao entretenimento e turismo. Jacques (2003, p. 39) ressalta que

As municipalidades descobriram que a preservação do patrimônio pode ser lucrativa e passaram a investir em revitalizações urbanas, muitas vezes empreendimentos puramente comerciais, que visam a satisfazer interesses econômicos diversos ou, então, são simples ações midiáticas, para efeitos de marketing político eleitoral. Essas intervenções, que devem ser realizadas rapidamente, para satisfazer calendários políticos, provocam tanto um enobrecimento dos espaços, ao expulsar a população original de baixa renda das edificações a serem recuperadas, quanto uma transformação do patrimônio em cenários, ao só manter as fachadas que são restauradas sem grandes preocupações quanto ao valor histórico, artístico e cultural das edificações.

Jacques (2003) e Jeudy (2005) possuem concepções convergentes a respeito da relação entre restaurações urbanas padronizadas e a homogeneização e/ou “museificação” das cidades históricas. Para Jeudy (2005), os modelos de restauração ou

gestão patrimonial empregados seguem, na maioria das vezes, diretrizes de intervenções formuladas a partir de padrões internacionais, não levando em consideração as especificidades e dinâmicas próprias de cada local, provocando a existência de similaridades e até mesmo a homogeneização das cidades a despeito das suas particularidades culturais. Jeudy (2005) ressalta também que os intensivos processos de conservação do patrimônio urbano podem conduzir a uma “petrificação” das cidades e a produção do fenômeno da “museificação urbana”, no qual a cidade se converte em um museu de si mesma.

Numa perspectiva de reversão desses processos e da minimização do predomínio do valor econômico do patrimônio sobre os demais valores, Castriota (2009) enfatiza que é essencial a atuação da sociedade em conjunto com o governo no sentido de regulamentar e direcionar os rumos da renovação dessas áreas de forma a não “(...) transformar as cidades em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria de sua qualidade de vida, o que abrange tanto as áreas consideradas ‘históricas’ quanto aquelas mais novas” (p. 89). Para tanto, destaca a necessidade de se pensar a preservação interrelacionada ao conjunto da cidade, considerando as imbricações entre patrimônio e os demais aspectos que compõem a paisagem e a dinâmica das cidades.

A respeito da ênfase dada pelos programas e ações de preservação às intervenções pautadas numa perspectiva de estímulo ao desenvolvimento de atividades turísticas em detrimento de desígnios relativos à problemática da questão urbana nas cidades tombadas, Simão (2006) pondera que essas cidades também enfrentam problemas urbanos semelhantes aos apresentados pelas demais cidades brasileiras, portanto, é imprescindível que as políticas e programas de salvaguarda não se limitem à restauração dos bens edificados, mas que atuem na resolução ou minimização de aspectos que conformam a dinâmica das cidades e interferem diretamente na proteção do patrimônio, como a ausência de planejamentos e gestão urbana integrada à preservação, crescimento urbano desordenado, escassez de infraestrutura e serviços básicos e baixos índices de qualidade de vida da população local.

DIRETRIZES DO PROGRAMA MONUMENTA E PROPOSTA DE INTERVENÇÃO PARA CACHOEIRA-BA

Fruto de negociações estabelecidas entre o Governo Federal, por meio do MinC, com o BID e contando com a parceria técnica da UNESCO, o Programa Monumenta é inspirado no modelo do Programa de Reabilitação do Centro Histórico de Quito, capital do Equador, parcialmente destruído por um terremoto em 1987. Os trâmites para definição dos parâmetros norteadores do Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Urbano, denominado simplesmente de Monumenta, iniciou-se em 1996 durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso. Todavia, apenas em 1999, após o cumprimento das exigências iniciais, é firmado o contrato de empréstimo entre o BID e o Governo Federal para a execução do programa orçado em US\$ 125 milhões, sendo acordado que o BID financiaria 50% dos custos totais e os valores restantes ficariam ao encargo das contrapartidas federal, estadual ou municipal. Em 2000 o Monumenta entra oficialmente em vigor com foco na recuperação do patrimônio histórico urbano nacional e com previsão de encerramento das suas atividades em 2007.

Em 2001, o programa ganha novos direcionamentos com a ampliação territorial do raio de atuação, passando a compor o Programa 26 cidades brasileiras¹, entre as quais Cachoeira-BA. Durante as gestões do Governo Lula (2003 a 2010), o programa sofre uma reestruturação com: a incorporação da estrutura administrativa do Monumenta ao IPHAN; ampliação do aporte de recursos pelo Governo Federal; inclusão em 2004 dos imóveis privados nas intervenções do programa, mediante convênio entre o MinC e a Caixa Econômica Federal para a liberação de finan-

¹ Foram contempladas pelo Programa Monumenta: Alcântara (MA), Belém (PA), Cachoeira (BA), Congonhas (MG), Corumbá (MS), Diamantina (MG), Goiás (GO), Icó (CE), Laranjeiras (SE), Lençóis (BA), Manaus (AM), Mariana (MG), Natividade (TO), Oeiras (PI), Olinda (PE), Ouro Preto (MG), Pelotas (RS), Penedo (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Cristóvão (SE), São Francisco do Sul (SC), São Paulo (SP), Serro (MG).

ciamento aos proprietários; extensão do financiamento do BID para o ano de 2009; e continuidade da execução do programa até o final de 2011 com o fito de permitir a conclusão das obras em algumas cidades, inclusive em Cachoeira.

O Programa Monumenta elegeu como objetivo primordial, e com alcance imediato, a recuperação do patrimônio histórico urbano sob tutela federal em conjunto com a ampliação da sua utilização econômica, cultural e social, buscando articular, assim, preservação e desenvolvimento socioeconômico, à medida que estimula o turismo cultural, a capacitação de profissionais especializados, geração de emprego e renda e, conseqüentemente, promove uma dinamização na economia das áreas ou cidades beneficiadas (BRASIL, 2006).

Uma das diretrizes do Programa é a recuperação sustentável, que consiste no uso social ou econômico capaz de garantir a conservação permanente dos bens edificados sem a aplicação de recursos públicos para sua manutenção, decorrendo a sustentabilidade do envolvimento da população local com a preservação do patrimônio, valorização imobiliária e participação da iniciativa privada através de investimentos em atividades econômicas. Associa-se também a esses aspectos a implementação de medidas educativas e intervenções que incitem a ampliação do retorno dos investimentos realizados. Vale ressaltar que, subjacente à propagação da noção de autossustentabilidade da preservação dos patrimônios estão os interesses com a desoneração dos órgãos públicos com as obrigações financeiras para a sua salvaguarda e conservação.

Outro aspecto a ser enfatizado é que, para atingir os propósitos elencados, as linhas de atuação do Monumenta foram subdivididas em cinco componentes, a saber: Investimentos integrados na recuperação de logradouros e edificações públicas e privadas na área de projeto²; Fortalecimento institucional dos órgãos pú-

² Refere-se à área delimitada para ser contemplada diretamente com os recursos aplicados pelo Programa, compreendendo logradouros e imóveis públicos e privados de maior importância e, assegurando desta forma, a composição de um conjunto arquitetônico harmonioso e um agregado sustentável de atividades econômicas. (BRASIL, 2006).

blicos envolvidos com a execução do programa; Promoção de atividades econômicas; Capacitação de artífices e de agentes locais de cultura e turismo; Realização de programas educativos sobre o patrimônio. Esses componentes foram pensados como instrumentos estratégicos para recuperar, dinamizar, envolver a iniciativa privada e a população local, bem como incentivar a recuperação sustentável do patrimônio arquitetônico.

Porém, a ênfase atribuída por alguns componentes ao desenvolvimento de atividades restritas à área de projeto e à indução a refuncionalização do patrimônio edificado para atender as demandas e lógicas de mercado, fazem com que as linhas de atuação do programa sejam alvos de críticas. Sant'Anna (2004) pondera que os componentes do Monumenta, majoritariamente, estão voltados para estimular a promoção do turismo, o que pode resultar num modelo de intervenção que incita a homogeneização funcional das áreas de projeto e contribui para a formação de enclaves turísticos, na maioria dos casos, não sustentáveis, e aponta o caso do Pelourinho em Salvador como um exemplo de reprodução dessa problemática.

As críticas ao modelo de intervenção implantado pelo Monumenta são direcionadas ainda à centralização dos esforços institucionais na potencialização do valor econômico dos patrimônios e ao uso rentável. Esse aspecto está explicitamente refletido nos procedimentos de seleção dos Conjuntos ou Sítios Históricos e, sobretudo, no privilégio para aqueles com possível potencial de geração de contrapartida financeira e retorno dos investimentos dos setores públicos e privados, assim, se priorizou a avaliação econômica e a valorização imobiliária dos imóveis beneficiados.

Cachoeira sobressaiu-se como uma das cidades prioritárias entre as áreas elegíveis para a implantação do Programa Monumenta, ocupando a 8ª colocação no ranking dos 101 sítios e conjuntos urbanos sob proteção federal selecionados pelo Grupo de Trabalho do IPHAN, mediante a adoção de critérios seletivos e de hierarquização. Nesse período, a cidade encontrava-se envolta num cenário de deterioração de parte do seu conjunto arquitetônico e, concomitantemente, na busca pela afirmação do turismo cultural como atividade propiciadora de melhores

indicadores econômicos.

Convidada a compor o Programa Monumenta em 2001, Cachoeira precisou cumprir uma série de requisitos antes de celebrar a assinatura do convênio de adesão. O primeiro deles referia-se à comprovação de capacidade operacional e de contrapartida financeira. Não apresentando a administração municipal condições de assumir tais atribuições, o Governo Estadual se encarregou da responsabilidade financeira e o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), em convênio com a Fundação Hansen Bahia³, incumbiu-se da coordenação geral, administração das verbas, execução e fiscalização.

Constatada a existência de um contexto favorável, em junho de 2002, o Governo Estadual firma o convênio de financiamento como o MinC e, no mesmo ano, inicia-se a aplicabilidade do Perfil do Projeto com o financiamento das atividades enquadradas nos componentes do programa. Inicialmente, a área de projeto selecionada compreendia apenas o chamado Centro Histórico de Cachoeira, onde se concentram os monumentos de maior destaque, do ponto de vista arquitetônico, formando, de acordo com as recomendações do Regulamento Operativo para sua delimitação, um “conjunto arquitetônico harmonioso”, favorecendo a confluência de atividades econômicas e sustentabilidade da área. A Capela D’ Ajuda, primeira igreja edificada em Cachoeira no final do século XVI e marco de referência da formação do núcleo urbano, foi eleita para o projeto de arranque, cujas restaurações foram concluídas em novembro de 2002.

Em 2004, o Perfil do Projeto para a cidade sofre uma revisão e ampliação, possibilitando a disponibilização de financiamento para os imóveis privados, o acréscimo de monumentos federais (pela nova proposta, ao invés de seis monumentos federais, seriam restaurados doze) e imóveis privados destacados, a ampliação da área de projeto, incluído monumentos estadu-

³ A Fundação Hansen Bahia, através de Convênio celebrado com o IPAC, órgão Executor do Monumenta em Cachoeira, é responsável pela elaboração de Estudos e Projetos referentes às obras e serviços, e a manutenção da Unidade Executora de Projeto (UEP) local.

ais e municipais⁴ e expandindo-se até a outra margem do Rio Paraguaçu para favorecer a cidade de São Félix (ver figura 01).

As mudanças empreendidas na proposta de intervenção se deram como reflexos decorrentes do aumento da disponibilidade de aporte de recursos para o Programa e da compreensão pelos órgãos executores de que o acervo patrimonial de Cachoeira ultrapassa os limites da área de projeto definida anteriormente, não sendo a amostragem selecionada capaz de garantir a representatividade do patrimônio local e atender às demandas e carências constatadas.

Das inúmeras proposições elencadas no perfil do projeto para a cidade, somente uma parcela foi realmente efetivada no decorrer desses anos de atuação do Monumenta em Cachoeira, com uma nítida concentração de esforços e recursos na execução do componente relativo à recuperação dos monumentos e imóveis públicos e privados, considerado como o eixo basilar do programa.

OS INVESTIMENTOS PARA RECUPERAÇÃO DE MONUMENTOS PÚBLICOS

Entre os anos de 2002 a 2011, das propostas de intervenção nos monumentos públicos, selecionadas para serem incorporadas ao perfil do projeto visando à restauração dos seus elementos arquitetônicos e estabilização das estruturas, dezesseis já foram contempladas, juntamente com a requalificação urbana de alguns logradouros e a recuperação dos bens artísticos integrados da Igreja da Matriz do Rosário (ver quadro 01). A realização dessas intervenções demandou a aplicação de vultosos investimentos dos Governos Federal (70%) e Estadual

⁴ Os Monumentos Estaduais e Municipais são aqueles cujos proprietários são o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal, ficando aos seus encargos a responsabilidade pela conservação. Em Cachoeira, foram incorporados ao Monumenta a Igreja de Nossa Senhora do Monte, o Quarteirão Leite Alves, a Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Nagôs.

Figura 01: Áreas de Projeto e de Influência e a localização dos monumentos e imóveis privados destacados.



Fonte: Projeto Cachoeira-BA. Revisão do Perfil do Projeto. Caderno Principal. Volume I.

(30%), orçados em aproximadamente R\$ 29.000.000,00, com a previsão de ao final do Programa alcançar a soma de R\$ 36.000.000,00 investidos na recuperação do patrimônio e em atividades relativas aos componentes do programa, tornando Cachoeira a cidade brasileira a receber o maior aporte de recursos do Programa Monumenta.

Quadro 01: Intervenções em monumentos e logradouros na cidade de Cachoeira pelo Programa Monumenta entre os anos de 2002 a 2011.

Item	Obras concluídas ou em execução	Valor (R\$)	Conclusão
01	Capela de Nossa Senhora da Ajuda	135.901,97	Nov/2002
02	Paço(Casa de Câmara e Cadeia)	400.551,92	Jul/2004
03	Casa Natal de Ana Nery-Rua Ana Nery, nº 07	183.251,67	Jul/2004
04	Conjunto do Carmo-Ordem Primeira	1.918.787,71	Ago/2006
05	Conjunto do Carmo-Ordem III e Casa de Oração	2.521.566,85	Ago/2006
06	Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Pretos	436.188,22	Ago/2006
07	Imóvel à Rua Benjamin Constant, nº 17	258.178,68	Dez/2006
08	Imóvel à Rua Sete de Setembro, nº 34	278.504,91	Dez/2006
09	Igreja Matriz do Rosário	1.553.745,40	Fev/2007
10	Imóvel à Rua Ana Nery, nº 02	367.651,66	Ago/2007
11	Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Monte	1.127.856,56	Ago/2008
12	Requalificação Urbana de logradouros (1ª Etapa)	2.228.201,47	Ago/2008
13	Imóvel à Rua 13 de Maio, nº 13	1.011.381,20	Dez/2008
14	Imóvel à Rua Manoel Vitorino, nº 12	1.198.512,09	Dez/2008
15	Quarteirão Leite Alves	7.961.587,05	Mai/2009
16	Igreja Matriz do Rosário - Bens Integrados	1.195.722,49	Em execução
17	Cine Teatro	4.318.430,32	Em execução
18	Imóvel à Rua Ana Nery, nº 25	1.739.495,99	Em execução

Fonte: Unidade Executora do Projeto (UEP), Cachoeira-BA.

A grande aposta do Monumenta para assegurar a recuperação sustentável do patrimônio em Cachoeira é estimular o uso social ou econômico dos bens recuperados, inclusive com a refuncionalização de alguns de modo a cumprirem uma função social, justificando assim o considerável volume de recursos públicos investidos. A propósito dessa atribuição de

uma funcionalidade socioeconômica aos monumentos, Castro (2009, p. 25) salienta:

Teoricamente pretende-se transformar a concepção de “redoma de vidro” atribuída ao patrimônio cultural material tombado, e associar a sua necessidade premente de conservação a uma funcionalidade supostamente sustentável. Busca-se assim fugir da patrimonialização museificante e petrificadora e estimular o uso de edificações históricas de forma racional, para que futuramente os altos investimentos na recuperação sejam pagos com o retorno social e econômico através do uso misto dos imóveis.

Com o intuito de incitar o uso das edificações tombadas, inserindo-as no cotidiano da população e tornando-as “sustentáveis”, os estudos de viabilidade econômica realizados estipularam para os monumentos que já possuíam uma utilização social pelos cachoeiranos, a exemplo do Conjunto do Carmo, a geração de receitas financeiras como estratégia para garantir sua manutenção através de recursos advindos da concessão de uso de espaços públicos para exploração privada e cobrança pela visitação por serem locais de grande interesse turístico.

Para os monumentos e imóveis públicos que apresentavam estrutura subutilizada foram sugeridas novas funcionalidades, o que ocorreu com a Casa Natal de Ana Nery que passou a abrigar órgãos públicos. Já para as formas arruinadas que representavam uma rugosidade no espaço urbano foram atribuídas, após as obras de recuperação, funções sociais e culturais direcionadas a suprir demandas locais, a exemplo da implantação de um Centro Cultural no imóvel da Praça Manoel Vitorino, nº 12 . Entretanto, nem sempre as propostas indicadas foram realmente implementadas ou os seus usos não correspondem às sugestões previstas no projeto, além disso, alguns usos estipulados não asseguram a total sustentabilidade dos bens edificados de forma a garantir sua conservação. Assim, as expectativas de autossustentação do patrimônio em Cachoeira encontram-se ameaçadas ante essas fragilidades.

No que concerne aos logradouros, não foram estipulados

uma adaptação de suas funcionalidades ou produção direta de rendimentos, as propostas de intervenções referem-se apenas à requalificação dos espaços existentes e o estímulo às suas utilizações como áreas de lazer, cabendo à iniciativa privada complementar as opções de entretenimento. Na perspectiva de criar uma orla fluvial multifuncional, foram melhorados os equipamentos das praças e quadra de esporte e construído um calçadão visando incitar a circulação de moradores e turistas e a apreciação das edificações e paisagem do entorno.

Contudo, Jurema Machado⁵ avalia que é em Cachoeira que se encontra um dos “maiores ganhos” nacionais do Programa Monumenta, referindo-se à implantação do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) na cidade, concebida como uma estratégia para utilização de alguns bens do patrimônio arquitetônico em estado de arruinamento e, sobretudo, para qualificar e reativar a vitalidade socioeconômica de Cachoeira.

O Quarteirão Leite Alves - antiga sede de uma fábrica de charuto - foi o imóvel selecionado para receber as instalações centrais da UFRB em Cachoeira, demandando a sua recuperação e transformação de ruínas em uma moderna estrutura adequada para abrigar a nova funcionalidade, o investimento de R\$7.961.587,05, um valor maior que os aplicados pelo programa, por exemplo, nas cidades de Natividade-TO (R\$5.600.000,00), Diamantina-MG (R\$6.100.000,00) e Laranjeiras-SE (R\$7.000.000,00).

De fato, a implantação do campus da UFRB representa um proeminente passo para a retomada do desenvolvimento em Cachoeira, ao propiciar: uma dinamização social, econômica e cultural; contribuir para a democratização e acesso da população ao ensino superior; possuir potencial de atração de empreendimentos e serviços para atender as novas necessidades requeridas pelo aumento do fluxo de pessoas e, especificamente, pela comunidade acadêmica; criar oportunidades de melhoria

⁵ Coordenadora do setor de cultura da representação da UNESCO no Brasil. Pronunciamento realizado na Conferência “Avaliação do Programa Monumenta” ocorrida no dia 15 de dezembro de 2009, durante o I Fórum do Patrimônio Cultural em Ouro Preto-MG.

das condições de vida local; auxiliar na circulação de recursos e geração de renda; e, conseqüentemente, viabilizar a contínua conservação do patrimônio arquitetônico.

As expectativas de parte da população local sobre a instalação da Universidade e as possibilidades de melhorias para Cachoeira são realmente enormes e não se restringem apenas à dinamização da economia local, circundam a elevação do nível de conhecimento dos habitantes da região associado ao despertar da criticidade, da cidadania e luta pelos direitos sociais. Em contraposição, outra parcela dos cachoeiranos não descredencia a instalação da universidade em Cachoeira e seus aspectos positivos, mas concebe que a cidade não foi preparada para receber a implantação da UFRB e sofrer as transformações na dinâmica local e cotidiano da cidade.

Essas novas dinâmicas proporcionaram a recuperação de algumas atividades econômicas, a melhoria da renda de parte da população e da infraestrutura de determinadas áreas; mas, por outro lado, vem promovendo mudanças significativas como a elevação do custo de vida e aquecimento do mercado imobiliário. Henrique (2009) ressaltava que, caso as ações e programas que vêm sendo implantados na cidade permaneçam dissociados da realidade de muitos moradores, poderá acentuar a exclusão das classes menos privilegiadas economicamente desse processo de desenvolvimento da cidade.

Para que essa situação não continue a ser reproduzida ou ao menos que os problemas evidenciados sejam mitigados, é indispensável a articulação entre os Poderes Públicos e a sociedade civil para a elaboração de estratégias e planejamentos coerentes como a difusão de melhorias infraestruturais por todo o espaço urbano e não somente em alguns espaços privilegiados.

FINANCIAMENTO PARA A RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS PRIVADOS

Com o objetivo de atender as necessidades de recuperação do patrimônio local e à recomposição dos aspectos históricos e artísticos dos imóveis localizados na área de projeto (BRASIL,

Figura 02: Quarteirão Leite Alves, antes das reformas.



Figura 03: Quarteirão Leite Alves, após a recuperação.



Fonte: Projeto Cachoeira-BA. Revisão do Perfil do Projeto. Caderno Principal. Volume I.

2004), no ano de 2004, com a reestruturação do programa, as propriedades privadas passaram a integrar a lista de intervenções do Monumenta, graças ao convênio de financiamento firmado entre o Ministério da Cultura e a Caixa Econômica Federal. Essa linha de crédito para os imóveis privados foi concebida ainda como uma estratégia para viabilizar ações mais integrais de reabilitação dos centros históricos, fundamentada na compreensão de que só as intervenções nos monumentos públicos não seriam suficientes para atingir tal finalidade.

É um instrumento inovador que conseguiu dar resposta a uma demanda evidente: uma cidade era tombada, se estabelecia um direito público sobre o privado, mas, inexistiam formas de apoio e incentivo a preservação dos imóveis privados. O nosso desafio, hoje, é estender esse financiamento a todas as cidades históricas do Brasil (ALMEIDA, 2009, p. 01).

A concessão do empréstimo para pessoas físicas ou jurídicas seguiram uma modalidade de financiamento especial, ou seja, juros zero, início do pagamento das parcelas seis meses após o término das obras e prazos para saldar a dívida de 10 anos para imóveis estritamente comerciais, 15 anos para imóveis habitacionais e/ou mistos e 20 anos para imóveis dos proponentes com baixa renda familiar. Os proprietários poderiam recorrer ao empréstimo para a realização de obras de recuperação de fachadas e coberturas, consolidação estrutural, melhoria das instalações elétricas, demolição de acréscimos que descaracterizassem a edificação e, para os proponentes cuja renda familiar não excedesse três salários mínimos, permitiu-se reformas internas visando o ajustamento à legislação sanitária brasileira e a adaptação do imóvel para geração de renda.

Em Cachoeira, o processo de seleção dos imóveis privados para recuperação com apoio financeiro do Monumenta começou a ocorrer em setembro de 2005. Após aprovadas as propostas prosseguiram para os trâmites legais de concessão do empréstimo pela Caixa Econômica, sendo requeridos a apresentação de documentos comprobatórios da propriedade do imóvel, renda

familiar e capacidade de pagamento, além da proposta de intervenção, com os valores e cronograma de execução das obras.

É no cumprimento dessa etapa e no relacionamento com a Caixa Econômica para liberação das parcelas do financiamento que se concentram as mais incisivas críticas dos proprietários dos imóveis em relação ao processo de seleção e concessão do empréstimo pelo programa. Diversos selecionados alegaram ser excessiva a burocracia requerida e muito dispendioso e desgastante atender às rigorosas exigências feitas pelo banco, levando alguns a abdicarem do financiamento.

Ao traçar o panorama do processo de seleção e da situação atual dos imóveis contemplados, o seguinte quadro se delinea: dos 1.026 imóveis privados inseridos na área de projeto em Cachoeira, 424 necessitavam de ações restauradoras; desse montante 148 imóveis participaram da seleção em 2005, sendo classificados 141 para concorrerem ao financiamento. De acordo



Figura 04: Ruínas do Imóvel na Praça da Aclamação, nº 02, antes da restauração

Figura 05: Imóvel na Praça da Aclamação, nº 02, após reforma.

Fonte: Projeto Cachoeira-BA. Revisão do Perfil do Projeto. Caderno Principal. Volume I.



com as informações disponibilizadas pela Unidade Executora de Projeto (UEP) local, todos os classificados já foram convocados pela Caixa Econômica para análise da capacidade econômica, jurídica e técnica, dentre os quais, até julho de 2011, 31 imóveis privados já tiveram os financiamentos liberados e as obras concluídas; em 03 imóveis as obras estavam em processo de execução, 05 propostas em fase de contratação e 42 propostas encontravam-se em estágio de análise. Os demais proprietários dos imóveis desistiram ou foram reprovados.

Mediante a pesquisa de campo realizada⁶, foi constatado que, apesar da área de projeto abranger quase todo o espaço urbano de Cachoeira, como pode ser verificado na figura 01, os imóveis privados selecionados pelo edital e aprovados pelo agente financiador estão, em sua maioria, localizados nas imediações dos monumentos mais destacados e circunscritos à área considerada como o centro histórico da cidade, ratificando a seletividade espacial das ações de preservação em Cachoeira e o privilegiamento das áreas centrais. O bairro do Rosarinho⁷, por exemplo, embora esteja inserido na área de projeto do Monumenta, não possui nenhum imóvel contemplado com o financiamento.

Direcionando as análises para os imóveis cujos proprietários receberam o financiamento, constatou-se que antes grande parte dos imóveis selecionados era utilizada para fins residenciais, somente em 36% eram desenvolvidas atividades econômicas e alguns não exerciam nenhuma função social por conta do estado de arruinamento. Apurou-se também que os valores aprovados são variantes entre R\$ 697.399,07 e R\$ 5.000,00 (BRASIL, 2008). A partir dos dados dos proprietários já contemplados, foi

⁶ Durante a pesquisa de campo foram aplicados 150 questionários e realizadas entrevistas. A consulta aos moradores contemplados ou não pelo Programa Monumenta ocorreu entre os meses de fevereiro e março do ano de 2010.

⁷ Único bairro periférico de Cachoeira inserido na área de projeto do Monumenta, possui singulares referências da cultura negra materializadas em terreiros de candomblé, na Igreja do Rosarinho e Cemitério dos Africanos ou Nagôs.

possível verificar que as mais elevadas quantias disponibilizadas pelo programa para recuperação de imóveis privados foram para investimentos turísticos, em especial do setor de hotelaria.

Os imóveis privados que foram adequados para abrigarem alguma atividade econômica são basicamente direcionados para as demandas turísticas como pousadas, galerias de artes, bares, atividades culturais, venda de artesanato, aluguel dos espaços para lojas diversas. Por outro lado, parcela significativa dos proprietários beneficiados apenas fez uso dos valores para promover melhorias da infraestrutura e aspectos externos, utilizando-os simplesmente para moradia da família ou destinando-os para o aluguel por elevados valores em função do aquecimento do mercado imobiliário provocado, em parte, pela carência e procura de imóveis para atender às demandas dos novos moradores vindos com a implantação da UFRB.

Na pesquisa de campo foi averiguado que, alguns proprietários de imóveis que foram contemplados com a concessão do financiamento enfrentaram alguns percalços de ordem financeira para a conclusão das obras. O estabelecimento dessa situação pode ser atribuído a fatores como: a demora de quase dois anos ou mais para a liberação da primeira parcela do financiamento, defasando os valores dos orçamentos apresentados quando da convocação pela Caixa Econômica; os erros cometidos nos cálculos referentes aos custos totais das obras; as restrições dos serviços e materiais que poderiam ser financiados pelo programa, ocorrendo uma preocupação mais enfática com a aparência externa dos imóveis em detrimento das condições internas que ficaram, na maior parte dos casos, a cargo dos proprietários; e a falta de recursos dos beneficiados para cumprir com a contrapartida indicada no projeto e finalizarem as obras após o encerramento do repasse das parcelas do empréstimo. A deficiência na comunicação entre a UEP local e os proprietários dos imóveis e o restrito envolvimento da comunidade na condução do programa são os motivos principais para a ocorrência dessas situações.

Não obstante os problemas evidenciados, é inegável que o financiamento para restauração de imóveis privados associado à recuperação dos monumentos públicos contribuiu para

a melhoria dos aspectos visuais do centro da cidade e para a viabilização das reformas de propriedades de destacado valor histórico e arquitetônico, mas cujos donos não possuíam condições financeiras de conservá-los ou mantê-los íntegros. Portanto, apesar do limitado número de imóveis já contemplados com o financiamento, a concessão de empréstimos pelo programa auxiliou na melhoria das condições de habitação de algumas poucas famílias cachoeiranas.

PRINCIPAIS RESULTADOS E FRAGILIDADES DO MONUMENTA EM CACHOEIRA

As análises dos documentos institucionais associadas às ações executadas pelo Monumenta e as informações obtidas durante o trabalho de campo permitiram constatar que as intervenções realizadas em Cachoeira apresentam frutos positivos e saldos favoráveis, contudo, não conseguiu concretizar uma parte considerável das metas e objetivos estipulados na matriz de planejamento do projeto elaborado com base nas diretrizes nacionais do programa e principais demandas apresentadas pela cidade.

A estratégia de articulação dos órgãos públicos de preservação do patrimônio pertencentes às três instâncias governamentais não obteve avanços muito profícuos, pois o Poder Público Municipal continua a desempenhar um papel coadjuvante; além disso, a integração entre IPAC e IPHAN é restrita ao cumprimento das atribuições previstas no regulamento operativo para a condução do Monumenta não se estendendo ao desenvolvimento de outras ações, assim o IPHAN continua a atuar no município praticamente de maneira isolada na preservação do conjunto arquitetônico, bem como permanecem as fragilidades de gestão urbana do patrimônio de modo compartilhado.

O envolvimento da população local, considerado como essencial para a execução a contento do programa, se deu de maneira limitada e superficial, as oficinas de planejamento não conseguiram agregar um grande público, nem as reuniões promovidas pela UEP local. Alguns dos entrevistados reconhe-

cem que a população, por sua vez, se eximiu em cobrar uma representatividade maior no programa e no acompanhamento das ações, e justificam essa baixa mobilização da sociedade como um reflexo das promessas governamentais não cumpridas, provocando frustrações dos anseios e incredulidade de melhorias para a cidade.

A execução dos componentes que deveriam ser desenvolvidos conjugadamente não correspondeu ao previsto, produzindo alguns percalços e sérias ameaças à almejada sustentabilidade das intervenções em decorrência da incipiência na criação de medidas complementares à recuperação das edificações destacadas, buscando proporcionar a intensificação de suas utilizações para fins econômicos ou sociais, o engajamento do setor privado, a preservação continuada e a requalificação da área de projeto.

Analisando as ações empreendidas para contemplar os cinco componentes do Programa, verifica-se que as propostas de fortalecimento das instituições públicas ligadas à preservação através da capacitação de gestores, atualização das legislações e elaboração de inventários, até o momento, praticamente não se efetivaram. O mesmo se aplica para a promoção de atividades econômicas adicionais. Constitui-se outro problema a deficiência de ações referentes à realização de atividades e campanhas educativas sobre o patrimônio, acarretando, por extensão, em dificuldades para sensibilização da população sobre a sua importância e necessidade de preservação, um dos objetivos prioritários do programa para longo prazo. Já os cursos de formação e qualificação profissional apresentam bons resultados por terem possibilitado a capacitação de agentes de cultura e turismo e artífices, principalmente, pelo aperfeiçoamento de técnicos especializados em restauração de prédios históricos, minimizando a carência na região e auxiliando na geração de empregos.

No que se refere à aprovação da maneira como o programa foi conduzido, 52% dos cachoeiranos consultados responderam positivamente, enquanto que dentre os proprietários de imóveis selecionados para receberem o financiamento e que participaram da pesquisa essa aprovação se reduz para 41%. Embora pondere

os aspectos favoráveis, outra parcela dos entrevistados atribui uma série de falhas à condução do programa e alegam que as ações realizadas em Cachoeira poderiam ser bem mais amplas.

As principais críticas circundam: a deficiência de canais de diálogo entre a coordenação do programa no município e comunidade local; a ausência de iniciativas referentes à Educação Patrimonial de modo a esclarecer a comunidade do entorno das edificações restauradas para a importância de suas preservações e a população cachoeirana como um todo no sentido de despertar a valorização e relação de apropriação do patrimônio histórico cultural local; a excessiva burocracia para a concessão de financiamento para imóveis privados, o que levou parte considerável dos selecionados a desistirem do processo; e o reduzido número de propriedades recuperadas.

No que tange à influência das ações do Programa Monumenta para o incremento do turismo, 81% dos cachoeiranos consultados afirmam ter ocorrido uma elevação nos fluxos turísticos após as restaurações das edificações, algo que consideram muito benéfico, tendo em vista que parte do comércio local é direcionada para o atendimento dessa atividade. Também influem para o aumento desses fluxos a atuação dos órgãos estaduais de turismo por meio de investimentos em campanhas promocionais e, principalmente, no Programa de Turismo Étnico Afro que apresenta a Festa da Boa Morte como o principal chamariz. Vale salientar que, embora apresente índices de elevação, o turismo ainda se processa de forma sazonal e a cidade continua a apresentar fragilidades estruturais que dificultam a permanência do turista por um período mais prolongado.

Para 93% dos consultados as intervenções do programa contribuíram diretamente para a valorização dos imóveis. Contudo, essa alteração no mercado imobiliário veio acompanhada do aumento vertiginoso da especulação e valorização não só dos imóveis como das ruínas inseridas na área de projeto do Monumenta. Como pontua Henrique (2009, p. 101):

[...] é o financiamento da recuperação de edificações particulares com juros zerados e prazos longos, que tem instalado, em alguns casos, um verdadeiro comércio de ruínas na cidade. Foi

extremamente vantajoso a aquisição de imóveis em estado precário e a recuperação das fachadas, telhados e rede elétrica, com os recursos sem juros e prazos de até 20 anos para pagamento, e sua posterior venda ou aluguel por valores bem acima da média, mas que encontram demanda, em função das novas dinâmicas urbanas de Cachoeira.

A valorização imobiliária era uma consequência já sinalizada nos estudos prévios para definição do perfil do projeto para a cidade, apontada, inclusive, como um benefício econômico contabilizado a partir do potencial dos imóveis. No entanto, a especulação imobiliária vem assumindo proporções preocupantes para uma cidade de pequeno porte, sendo fomentada pela crescente procura por imóveis residenciais pelos estudantes e professores vindos com a criação UFRB em 2006 e pelas mudanças na lógica de mercado que passa a conceber o patrimônio como recurso estratégico e atrativo turístico diferencial em meio à padronização. Apesar dessa crescente valorização dos imóveis, sobretudo nas áreas centrais, o processo de gentrificação não é uma realidade em Cachoeira, todavia, é preciso acompanhamento e controle pelos Poderes Públicos para que num futuro próximo esse problema não venha a se constituir numa ameaça à permanência dos moradores originários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No âmbito nacional, o MinC e o IPHAN reconhecem que apesar da grande relevância para valorização do patrimônio e alcance de significativas melhorias, os consideráveis investimentos destinados à recuperação do patrimônio cultural, através do Programa Monumenta, não foram suficientes para promover plenamente a reversão da situação de degradação das cidades históricas, tendo em vista as múltiplas carências e demandas. Desse modo, algumas cidades contempladas pelo programa ainda padecem com problemas de subaproveitamento do potencial econômico e simbólico dos sítios históricos, crescimento urbano desordenado, ameaças de descaracterização do patrimônio, in-

fraestrutura urbana deficiente e iminente risco de arruinamento dos imóveis (BRASIL, 2009). Perante essas constatações e visando reduzir os problemas elencados, bem como ampliar o raio de abrangência das políticas de preservação e dar continuidade às ações que apresentaram resultados positivos com o Monumenta, o Governo Federal lançou em outubro de 2009 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das cidades históricas, no qual Cachoeira está inserida como uma das 32 cidades contempladas em primeira instância.

Mediante as análises relacionadas às ações do Programa Monumenta Cachoeira, foi possível constatar que para os moradores locais a iniciativa federal de execução das intervenções na cidade reacendeu as esperanças de dinamização da economia local e recuperação do patrimônio urbano que se encontrava em elevado estado de degradação. Essas expectativas geradas em torno do Monumenta foram relativamente alcançadas com: o início da requalificação da área histórica por meio da melhoria de logradouros; restauração dos monumentos e prédios públicos de reconhecido valor arquitetônico, buscando atribuir-lhes uma funcionalidade sustentável; viabilização da recuperação de algumas propriedades privadas; e incentivo a suas refuncionalizações para atenderem às demandas com o aumento do fluxo turístico e oferecer os serviços requeridos pelos novos moradores atraídos pela instalação de um campus da UFRB em Cachoeira.

Dentre os benefícios advindos, a implantação da UFRB é, sem dúvida o mais relevante, pois além de proporcionar a recuperação e atribuição de uma função social a imóveis arruinados, vem contribuindo enfaticamente para reativar o dinamismo em Cachoeira e criar possibilidades de melhoria dos índices socioeconômicos. Os impactos propiciados pela UFRB não se restringem somente ao espaço urbano de Cachoeira, também se ampliam para os municípios circunvizinhos ao facilitar o acesso ao ensino superior público e produzir reflexos econômicos, principalmente, com a locação de imóveis para docentes e discentes que não conseguiram se estabelecer em Cachoeira por conta da carência de imóveis disponíveis e/ou elevados valores dos aluguéis.

Por outro lado, as intervenções executadas pelo programa de recuperação do patrimônio revelam uma seletividade espacial das ações, ocorrendo uma nítida incidência de investimentos no chamado centro histórico da cidade onde estão circunscritos os monumentos e edificações de maior destaque histórico e arquitetônico, contribuindo para uma acentuação da segregação socioespacial. A concentração das intervenções nessa área central tem o propósito de formar um “contíguo conjunto requalificado” que sirva de chamariz turístico e incite investimentos privados. Entretanto, o privilégio do centro da cidade pelas políticas de preservação provoca o aumento da especulação imobiliária nessas áreas, o beneficiamento de espaços pré-selecionados, acentua as disparidades em termos infraestruturais entre o centro e os bairros periféricos, que ficam relegados ao segundo plano a despeito de possuírem bens culturais extremamente representativos para a população cachoeirana.

A execução do Programa Monumenta em Cachoeira apresenta resultados positivos, todavia, o modelo de intervenção adotado apresentou dificuldades para se realizar conforme o projetado no perfil de projeto, à medida que existem discrepâncias entre o estipulado na matriz de planejamento e as ações concretizadas até o momento. Esses problemas são evidenciados especialmente no desenvolvimento de ações relativas à contemplação dos cinco componentes que figuram nas linhas de atuação do programa, tendo em vista a nítida priorização do componente Investimentos Integrados em Área de Projetos (concernente a recuperação de edificações públicas e privadas) e a reduzida efetivação de ações atinentes aos demais componentes.

O fato desses componentes não se desenvolverem de forma conjugada representa sérias ameaças para a consecução de uma das propostas basilares do Monumenta - a sustentabilidade da área de intervenção - e denota fragilidade na efetivação de estratégias econômicas, institucionais e educativas complementares à restauração dos bens tombados. Com o encerramento do Programa Monumenta no final de 2011, as expectativas de recuperação do patrimônio e plena reativação do dinamismo socioeconômico recaem agora sobre a execução do PAC Cidades Históricas.

PROGRAM “MONUMENTA” IN THE CITY OF CACHOEIRA-BA: A HOPE FOR RECOVERING THE URBAN HERITAGE AND ITS SOCIO-ECONOMIC IMPLICATIONS

ABSTRACT — *Cultural policies implemented by public authorities in the municipalities are fruitful fields of research, considering that it is in the local level that these policies actually materialize. This article aims to analyze the consequences and implications of implementing the Program “Monumenta” in the city of Cachoeira, Bahia. For this purpose, the considerations taken herein address the guidelines, priorities and the intervention model adopted by this federal program to try to achieve the recovery of the heritage, requalification of urban areas, their inclusion in the tourist circuits and primarily emphasize the proposal set for Cachoeira, some of the socio-economic impacts and established impasses. The conduct of the investigation was based on bibliographic research, studies of institutional documents, questionnaires and obtaining information through interviews with public officials and social agents from the city.*

KEY WORDS: *Cultural policies, material heritage, urban requalification.*

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. Sobre a Memória das Cidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.) A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

ALMEIDA, Luiz Fernando de. IPHAN no processo de desenvolvimento do país. Discurso proferido durante cerimônia de inauguração do Quarteirão Leite Alves que sedia as instalações da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) em Cachoeira no dia 25 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.ipac.ba.gov.br/site/conteudo/downloads/arquivos/arquivo352/lphan.pdf>.

BRASIL. Projeto Cachoeira-BA. Revisão do Perfil do Projeto. Caderno Principal. Volume I. Brasília: Ministério da Cultura/ Programa Monumenta, Novembro de 2004.

_____. Regulamento Operativo do Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano. MONUMENTA – 1.200/OC-BR. Versão /

Setembro de 2006

_____. Relatório de Progresso Semestral. Acompanhamento do Marco Lógico da cidade de Cachoeira. Programa Monumenta, 2º semestre de 2008.

_____. Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Cidades Históricas. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Janio Roque Barros de. Dinâmica territorial das festas juninas na área urbana de Amargosa, Cachoeira e Cruz das Almas - BA: espetacularização, especificidades e reinvenções. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Fac. de Arquitetura. Salvador- BA, 2009 .

HENRIQUE, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: Notas preliminares de pesquisa. GeoTextos, vol. 5, n. 1, 2009.(p. 89-112). Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/3570/2631>.

JACQUES, Paola Berenstein. Patrimônio Cultural Urbano: Espetáculo Contemporâneo? RUA (Revista de urbanismo e Arquitetura). Salvador, Vol. 6, Nº 1, 2003.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das Cidades. Tradução Rejane Janowitzter. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

SANT'ANNA. Márcia. A cidade- atração: norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.

SANTOS, Milton. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (org.). Recôncavo da Bahia: Sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.